ISSN: 2358-8829

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E NARRATIVAS DE LIDERANÇAS SURDAS: UM ESTUDO SOBRE O DIA NACIONAL DOS SURDOS

José Arnor de Lima Júnior [1]
Indira Simionatto Stedile Assis Moura [2]
Cristtiane Araújo de Britto [3]
Adauto Gomes Ribeiro de Andrade [4]
Thiago Hudson Medeiros de Moura [5]

INTRODUÇÃO

A luta das comunidades surdas brasileiras pelo reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui um dos movimentos sociais mais expressivos das últimas décadas no campo das políticas linguísticas e educacionais. A promulgação da Lei nº 10.436/2002, conhecida como Lei da Libras, e de sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005 representou a culminância de uma mobilização histórica que envolveu associações, escolas, pesquisadores e, sobretudo, lideranças surdas que reivindicavam o direito de existir em sua própria língua (Brasil, 2002; Brasil, 2005; Brito, 2013). Esse percurso ganhou nova camada com a Lei nº 14.191/2021, que inseriu a educação bilíngue de surdos como modalidade de ensino na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 2021) (Gomides et al., 2022).

Nesse cenário, o mês de setembro adquiriu centralidade simbólica para os movimentos surdos. O Dia Nacional dos Surdos, celebrado em 26 de setembro e instituído pela Lei nº 11.796/2008, rememora a fundação da primeira escola para surdos no país e se converteu em marco de visibilidade política, conhecido nas redes como Setembro Azul (Brasil, 2008; Buze et al., 2022).

[1] Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, josearnor.lima@ufpe.br;
[2] Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, indirastedile@gmail.com;
[3] Especialista em Libras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, magakika@gmail.com;
[4] Especialista em Libras pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, adauto.gomesandrade@ufpe.br;
[5] Graduando do Curso de Letras Libras/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, thiago.moura.059@ufrn.edu.br.

ISSN: 2358-8829

É nesse contexto que se inserem os simpósios promovidos anualmente pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em alusão ao Dia Nacional dos Surdos. Realizados usualmente em setembro, esses encontros têm como propósito maior a rememoração da Lei da Libras e do Decreto da Libras, mas, ao longo de suas edições, extrapolaram o caráter comemorativo e passaram a se configurar como espaço privilegiado de discussão política e de reafirmação identitária. Reunindo estudantes, docentes, intérpretes, familiares e militantes surdos, os simpósios colocam lado a lado a produção acadêmica e as narrativas de quem viveu essas conquistas.

Partindo dessa constatação, o presente trabalho tem como objetivo analisar a contribuição dos simpósios do Dia Nacional dos Surdos da UFPE para a formação de uma identidade coletiva e para a construção histórica das comunidades surdas locais. De modo específico, busca-se identificar os marcos discursivos das cinco edições já realizadas e discutir o papel desses eventos como instâncias de política linguística situada.

Para tanto, a investigação se apoia nos Estudos Culturais, nos Estudos Surdos e nos Estudos do Letramento, e adota uma abordagem qualitativa e documental, tomando como corpus os materiais dos cinco simpósios, examinados por meio da análise de conteúdo.

Os resultados indicam que os encontros consolidam a identidade de grupo ao validar narrativas de resistência de lideranças surdas e, ao priorizar os artefatos culturais da comunidade, fortalecem o protagonismo surdo e repercutem nas práticas educacionais. Conclui-se que os simpósios funcionam como dispositivos de política linguística “de baixo para cima”, nos quais a comunidade reinterpreta direitos conquistados e os projeta para o futuro.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, e adota a pesquisa documental como estratégia principal de produção de dados, dado o interesse em compreender sentidos e representações construídos pela comunidade surda, e não em mensurar a frequência de fenômenos.

O corpus foi composto pelos materiais públicos das cinco edições do Simpósio do Dia Nacional dos Surdos da UFPE, realizadas entre 2021 e 2025, sendo a primeira em formato remoto e as demais em formato presencial com transmissão on-line. Foram

ISSN: 2358-8829

reunidos: a) as programações oficiais, com títulos, eixos temáticos e composição das mesas; b) os registros audiovisuais disponíveis no canal institucional da universidade, com aproximadamente 26 horas de gravação; e c) cartazes e textos de divulgação. Ao todo, foram mapeadas 38 atividades, entre conferências, mesas, oficinas e apresentações culturais.

Como os registros audiovisuais são majoritariamente sinalizados em Libras, procedeu-se à transcrição e tradução para a língua portuguesa dos trechos selecionados, realizada pelos próprios pesquisadores, que possuem formação na área. As falas das lideranças surdas são identificadas por códigos (LS1, LS2, LS3 e assim sucessivamente), acompanhados do ano da edição em que foram proferidas. Todo o material analisado é de acesso público.

A análise seguiu as etapas da análise de conteúdo propostas por Bardin (2016): pré-análise, com leitura flutuante dos documentos e visualização integral dos vídeos; exploração do material, com a codificação de unidades de registro relativas aos temas, aos sujeitos que enunciam e às referências legais e históricas; e tratamento dos resultados, com a inferência e a interpretação apoiadas no referencial teórico. As categorias foram construídas a posteriori, a partir da recorrência e da relevância dos temas, resultando em quatro marcos discursivos: a memória coletiva de luta; a Libras como eixo de política linguística; os artefatos culturais e o protagonismo surdo; e a transformação das práticas educacionais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão das identidades surdas exige, inicialmente, o afastamento de uma concepção essencialista de identidade, entendida como algo fixo, natural e acabado. No âmbito dos Estudos Culturais, Hall (2015) argumenta que as identidades, na modernidade tardia, são fragmentadas, deslocadas e constituídas no interior das representações, em um processo contínuo de identificação. Silva (2014) acrescenta que identidade e diferença são mutuamente determinadas e produzidas discursivamente, em meio a relações de poder. Sob essa perspectiva, ser surdo deixa de ser uma condição audiológica para se tornar uma posição de sujeito construída na linguagem e na história.

Os Estudos Surdos se apropriam dessas formulações para deslocar a surdez do campo da deficiência para o campo da diferença linguística e cultural. Perlin (2016)

ISSN: 2358-8829

descreve as identidades surdas como múltiplas e em permanente construção, destacando que a identidade surda política se forja no encontro surdo-surdo, na experiência visual e no uso da língua de sinais. Strobel (2013), por sua vez, define a cultura surda como o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo para torná-lo acessível e habitável, organizando-a em artefatos culturais como a experiência visual, a língua de sinais, a literatura surda, as artes visuais e a política. Estudos recentes reforçam que esses artefatos não são meros elementos ilustrativos, mas expressões concretas de pertencimento que circulam em livros, performances e eventos (Fernandes; Peixoto, 2021).

A Libras ocupa posição central nesse conjunto. Quadros (2019) demonstra que a língua de sinais possui estrutura linguística complexa e autônoma, o que sustenta sua legitimidade como língua natural da comunidade surda brasileira. Esse reconhecimento resultou de mobilizações de associações e lideranças surdas pela oficialização da língua (Brito, 2013) e, mais tarde, pela escola bilíngue (Campello; Rezende, 2014).

É aqui que o conceito de política linguística se torna pertinente. Spolsky (2016) propõe que a política linguística de uma comunidade envolve três componentes inter-relacionados: as práticas linguísticas efetivas, as crenças ou ideologias sobre as línguas e a gestão, entendida como os esforços explícitos de intervenção sobre o uso linguístico. Ribeiro (2023), ao revisitar a teoria de Spolsky no contexto educacional, observa que a própria escola, e por extensão a universidade, opera como agente de política linguística ao legitimar ou silenciar determinadas línguas e práticas.

Por fim, os Estudos do Letramento oferecem uma lente para compreender como os sujeitos surdos se apropriam das práticas sociais de linguagem. Street (2014) critica o modelo autônomo de letramento, que o reduz a habilidades técnicas e neutras, e propõe o modelo ideológico, segundo o qual as práticas letradas são sempre situadas cultural e politicamente. Kleiman e Assis (2016) desdobram essa perspectiva ao enfatizar a dimensão sociocultural da escrita e a agência dos sujeitos que, ao participarem de eventos de letramento, ressignificam-nos a partir de seus próprios interesses. Para os surdos, isso implica reconhecer que o letramento não se restringe à língua portuguesa escrita, mas se realiza em práticas multimodais e visuais, nas quais a Libras é a língua de constituição (Facundo, 2025). Os simpósios analisados podem, assim, ser compreendidos como eventos de letramento em que a comunidade surda exerce agência, produz conhecimento e intervém na esfera pública.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura do conjunto das cinco edições revela, em primeiro lugar, uma trajetória temática que acompanha de perto a agenda política do movimento surdo nacional. A primeira edição, realizada em 2021 sob o tema "Libras: língua, memória e resistência", ocorreu em formato remoto e privilegiou depoimentos de pessoas surdas mais velhas sobre a vida antes da Lei da Libras. A segunda, em 2022, celebrou os vinte anos da lei com o tema "Lei da Libras, 20 anos: conquistas e desafios". A terceira edição, em 2023, voltou-se para a recém-aprovada Lei nº 14.191/2021, sob o tema "Educação bilíngue de surdos: da lei à escola". Em 2024, o eixo foi "Protagonismo surdo na universidade: pesquisa, docência e tradução" e, em 2025, a quinta edição marcou os vinte anos do Decreto nº 5.626/2005 com o tema "Memórias e futuros da comunidade surda pernambucana". Essa sequência mostra que os simpósios não apenas rememoram marcos legais, mas reinterpretam-nos à luz das urgências de cada momento, o que confirma a compreensão de Spolsky (2016) de que a política linguística não se encerra no texto legal, mas é continuamente reconstruída nas crenças e práticas da comunidade.

O primeiro e mais recorrente marco discursivo identificado diz respeito à memória coletiva de luta. Em todas as edições, as mesas de abertura foram compostas por lideranças surdas que narraram suas próprias trajetórias escolares, frequentemente marcadas pela proibição da língua de sinais, pelo oralismo imposto e pelo isolamento linguístico na família. Esses relatos, porém, não se limitavam à dimensão biográfica: eram sistematicamente conectados a acontecimentos históricos mais amplos, como o Congresso de Milão, a criação das primeiras associações de surdos e as passeatas pela oficialização da Libras. Um exemplo dessa articulação aparece na fala de uma liderança na edição de 2022:

> Quando eu era criança, a professora amarrava minhas mãos para eu não sinalizar. Eu achava que o problema era eu. Só fui entender que era uma questão política quando entrei na associação e vi outros surdos contando a mesma história. Então a minha história não é só minha: é a história de muitos surdos do Brasil. Quando a lei saiu, em 2002, eu chorei, porque era como se o Estado dissesse que aquelas mãos amarradas tinham direito de falar (LS1, 2022, tradução nossa).

O trecho evidencia o movimento descrito por Perlin (2016), segundo o qual a identidade surda política emerge no encontro com outros surdos, momento em que a

ISSN: 2358-8829

experiência individual de opressão é ressignificada como experiência compartilhada. A expressão “a minha história não é só minha” sintetiza a passagem da narrativa pessoal para a memória coletiva e indica que os simpósios funcionam como espaço de validação pública dessas narrativas. Ao serem contadas em um auditório universitário, diante de estudantes surdos e ouvintes, essas histórias deixam de ser lembranças privadas e passam a integrar um repertório comum, que a comunidade reconhece como seu. Nesse sentido, a identidade coletiva não preexiste ao evento, mas é produzida nele, na medida em que os participantes se reconhecem nas trajetórias narradas, o que converge com a concepção de identidade como processo discursivo defendida por Hall (2015) e Silva (2014).

É importante observar, ainda, que essa memória é construída a partir da diferença. As narrativas de resistência frequentemente opõem um “antes”, marcado pela ouvintização e pela negação da língua, a um “depois”, marcado pela conquista de direitos. Essa demarcação, longe de ser apenas cronológica, opera como fronteira identitária: ser surdo, no discurso das lideranças, é também ter atravessado ou herdado essa luta. Silva (2014) lembra que a afirmação da identidade sempre envolve a marcação da diferença, e os simpósios explicitam essa dinâmica ao posicionar a comunidade surda em relação a um passado de exclusão e a uma sociedade majoritariamente ouvinte. Do ponto de vista pedagógico, essa operação tem efeitos relevantes para os estudantes surdos mais jovens, muitos dos quais cresceram já sob a vigência da lei e desconhecem as condições que a tornaram possível. Ao ouvirem, ou melhor, ao verem essas narrativas, eles se inscrevem em uma genealogia que lhes confere pertencimento e responsabilidade política.

O segundo marco discursivo refere-se à Libras como eixo de política linguística. A análise das mesas e conferências mostrou que a lei e o decreto foram tratados não como pontos de chegada, mas como instrumentos ainda em disputa. Na edição de 2022, por exemplo, enquanto as falas institucionais destacavam os avanços na formação de professores e na presença de intérpretes, as lideranças surdas enfatizavam a distância entre a norma e o cotidiano: escolas sem professores bilíngues, serviços públicos sem acessibilidade em Libras e a persistência de discursos clínicos sobre a surdez. Essa tensão entre o discurso oficial e a experiência vivida corresponde ao que Spolsky (2016) descreve como o descompasso entre a gestão linguística explícita e as práticas efetivas, e reforça a constatação de Gomides et al. (2022) sobre as contradições na implementação da política de educação bilíngue.

Os simpósios, entretanto, não se limitam a denunciar esse descompasso; eles próprios constituem uma forma de gestão linguística exercida pela comunidade. A análise das programações mostrou que, a partir da segunda edição, todas as conferências principais passaram a ser proferidas em Libras, com interpretação para a língua portuguesa, e não o contrário. Essa inversão, aparentemente técnica, tem forte valor simbólico: no espaço do simpósio, é a Libras que ocupa a posição de língua de prestígio, enquanto o português se torna a língua traduzida. Trata-se de uma escolha que materializa, no microcosmo do evento, a reivindicação de que a língua de sinais seja reconhecida como primeira língua da comunidade surda. Como observa Ribeiro (2023), as instituições educacionais fazem política linguística também por meio de decisões cotidianas sobre qual língua circula, quem fala e quem é traduzido. Ao inverter a lógica habitual, a UFPE e os organizadores dos simpósios produzem uma política linguística situada, que antecipa, em pequena escala, o tipo de sociedade que a comunidade surda reivindica.

Essa leitura é reforçada pela fala de uma liderança na edição de 2023, dedicada à educação bilíngue:

> A lei de 2021 é importante, mas lei sem surdo dentro da escola não muda nada. Nós precisamos de professores surdos, de diretores surdos, de currículo pensado em Libras. Não é colocar um intérprete na sala e dizer que é bilíngue. Bilíngue é quando a criança surda entra na escola e encontra a língua dela em todo lugar, no recreio, na biblioteca, na secretaria. Aqui no simpósio a gente mostra que isso é possível (LS3, 2023, tradução nossa).

A distinção entre a presença de um intérprete e a efetiva educação bilíngue, enfatizada pela liderança, ecoa o debate histórico do movimento surdo sobre a escola bilíngue como espaço de constituição linguística e identitária, e não apenas de acesso ao conteúdo (Campello; Rezende, 2014). A referência final ao simpósio como demonstração de que “isso é possível” é particularmente significativa, pois indica que o evento é percebido pela própria comunidade como uma espécie de laboratório, no qual se ensaia uma ordem linguística alternativa. Nesse ponto, a análise permite avançar em relação à literatura sobre políticas linguísticas, que costuma privilegiar os documentos oficiais: os dados sugerem que eventos acadêmicos e comunitários podem funcionar como espaços de prefiguração política, nos quais a comunidade experimenta, ainda que temporariamente, as condições que deseja ver generalizadas.

Essa dimensão prefigurativa não se manifesta apenas nas falas, mas também na própria materialidade dos encontros, isto é, na forma como o espaço universitário é

organizado para recebê-los. A Figura 1 registra a composição de uma das mesas da edição de 2024, dedicada ao protagonismo surdo na universidade, realizada em formato presencial com transmissão on-line.

Figura 1 – Mesa da edição de 2024 do Simpósio do Dia Nacional dos Surdos, em formato híbrido, com participantes presenciais e remotos



Fonte: acervo de pesquisa.

Três elementos da imagem dialogam diretamente com a análise. O primeiro é a disposição espacial: a mesa está posicionada sob a inscrição “Dia dos Surdos”, o que insere o debate acadêmico no calendário de lutas da comunidade e reafirma a função de rememoração atribuída aos simpósios, vinculada à data instituída pela Lei nº 11.796/2008 e à visibilidade política do Setembro Azul (Brasil, 2008; Buze et al., 2022). O segundo é a projeção simultânea, nas paredes laterais do auditório, das janelas de videoconferência com participantes remotos, que evidencia o formato híbrido adotado após a primeira edição e estende o evento para além dos limites físicos da universidade, aspecto relevante diante da baixa presença de surdos do interior do estado, discutida adiante. O terceiro é a orientação do olhar dos integrantes da mesa para a tela em que se transmite a participação a distância: em um evento cuja língua principal é a Libras, a atenção se organiza pela visão, e a tela converte-se em extensão do palco. Esse detalhe remete à experiência visual, que Strobel (2013) situa como primeiro artefato da cultura surda, e mostra que a política linguística situada discutida nesta seção se materializa também em decisões sobre o espaço, a tecnologia e a circulação da língua (Spolsky, 2016; Ribeiro, 2023).

O terceiro marco discursivo diz respeito aos artefatos culturais e ao protagonismo surdo. Em todas as edições, a programação incluiu apresentações de poesia em Libras, teatro surdo, narrativas visuais e exposições de artistas surdos, muitas vezes ocupando o mesmo tempo e o mesmo palco reservados às conferências acadêmicas. Essa equivalência de espaço indica que, para os organizadores, a produção artística surda não é complemento ou entretenimento, mas forma legítima de conhecimento e de expressão política. Esse achado converge com a proposta de Strobel (2013), que inclui a literatura surda, as artes visuais e a política entre os artefatos constitutivos da cultura surda, e com a análise de Fernandes e Peixoto (2021), segundo a qual os artefatos culturais articulam língua, cultura e literatura na afirmação do pertencimento.

A Figura 2 permite observar essa articulação entre língua, cultura e política em um único enquadramento. Nela, dois participantes sinalizam em Libras diante da mesa do simpósio, tendo ao fundo a inscrição “Dia dos Surdos” e uma bandeira em azul e amarelo alusiva ao movimento surdo.

Figura 2 – Participantes sinalizando em Libras diante dos símbolos do movimento surdo no Simpósio do Dia Nacional dos Surdos



Fonte: acervo de pesquisa.

Diferentemente da Figura 1, que evidencia a dimensão acadêmica e institucional do evento, a Figura 2 destaca sua dimensão comunitária e simbólica. A escolha de se

deixar fotografar sinalizando, e não apenas posando para a câmera, indica que a língua de sinais é o próprio modo de apresentação pública dos sujeitos, o que reforça a compreensão de Perlin (2016) de que a identidade surda política se constitui no uso da língua e no encontro com o outro. Os demais elementos da cena compõem um conjunto coerente de artefatos culturais: a bandeira, reproduzida na estampa da camiseta de um dos participantes, a inscrição na parede e a toalha de renda azul que cobre a mesa, cuja cor remete ao Setembro Azul. Na perspectiva de Strobel (2013), língua de sinais, artes visuais e política aparecem aqui entrelaçadas, e, conforme Silva (2014), é justamente por meio de marcas simbólicas como essas que a identidade é afirmada e a diferença, demarcada. Além disso, ao ser produzido e preservado no âmbito do próprio evento, o registro fotográfico passa a integrar a memória coletiva discutida no primeiro marco: ele documenta não apenas um momento, mas uma forma de a comunidade se ver e de se mostrar à sociedade, o que corrobora a leitura de Fernandes e Peixoto (2021) sobre os artefatos culturais como expressões concretas de pertencimento. Postas lado a lado, as duas figuras ilustram, portanto, a equivalência entre produção acadêmica e produção cultural observada na programação dos simpósios.

Chama atenção, nesse aspecto, a progressiva ampliação do protagonismo surdo na organização dos eventos. Nas primeiras edições, as mesas eram compostas majoritariamente por docentes ouvintes, com a participação de convidados surdos em momentos específicos. A partir da quarta edição, cujo tema era justamente o protagonismo surdo na universidade, a coordenação geral passou a ser exercida por docentes e estudantes surdos, e a composição das mesas inverteu-se, com predominância de pesquisadores surdos. Essa mudança pode ser interpretada como expressão daquilo que Kleiman e Assis (2016) denominam agência dos sujeitos nas práticas de letramento: os surdos deixam de ser objeto de discurso sobre a surdez para se tornarem produtores de conhecimento sobre si mesmos e sobre a sociedade. Uma das participantes da edição de 2024 sintetizou esse deslocamento ao afirmar que, durante muito tempo, os ouvintes estudaram os surdos, mas que chegou o momento de os surdos estudarem e escreverem a própria história (LS5, 2024, tradução nossa).

Essa reivindicação de autoria tem implicações importantes para os Estudos do Letramento. Street (2014) argumenta que as práticas letradas são sempre atravessadas por relações de poder, e que o modelo autônomo tende a naturalizar as práticas dos grupos dominantes como universais. No caso analisado, a presença de pesquisadores surdos

ISSN: 2358-8829

apresentando seus trabalhos em Libras, com slides que combinam imagens, glosas e textos em português, revela práticas de letramento multimodais e visuais que desafiam a centralidade da escrita alfabética como única forma legítima de produção acadêmica. Facundo (2025) defende que o ensino de português como segunda língua para surdos deve partir de uma perspectiva crítica, que reconheça a Libras como língua de constituição dos sujeitos; os simpósios, por sua vez, mostram essa perspectiva em ação, ao legitimar formas de produzir e circular conhecimento que partem da experiência visual.

O quarto marco discursivo, que atravessa os demais, refere-se à transformação das práticas educacionais. A análise das falas de professores da educação básica que participaram das edições de 2023 e 2025 mostrou que o contato com as narrativas das lideranças e com os artefatos culturais provocou revisões em suas concepções sobre a surdez e sobre o ensino. Relatos de docentes que passaram a incluir a literatura surda em suas aulas, a buscar formação em Libras ou a convidar adultos surdos para as escolas indicam que os efeitos dos simpósios ultrapassam os limites do evento. Em uma das mesas de 2025, uma professora ouvinte da rede municipal relatou que, após participar da edição anterior, reorganizou o planejamento de sua turma para que a criança surda tivesse contato semanal com um instrutor surdo, pois compreendeu que a criança "precisava ver alguém como ela" (LS7, 2025, tradução nossa).

Esse tipo de relato confirma que a coesão política produzida nos simpósios não se restringe à comunidade surda, mas alcança aliados ouvintes que atuam diretamente na educação. Do ponto de vista teórico, é possível compreender esse efeito à luz da noção de identidade como relação: ao reconhecer a diferença surda como diferença cultural e linguística, e não como déficit, os educadores reposicionam também a si mesmos, abandonando o lugar de quem corrige para assumir o lugar de quem medeia o encontro entre a criança surda e sua comunidade (Silva, 2014; Perlin, 2016). Esse reposicionamento é fundamental para a efetivação da educação bilíngue prevista em lei, que, como discutido, depende menos da existência de normas e mais da transformação das crenças e práticas dos agentes escolares (Spolsky, 2016; Gomides et al., 2022).

Cabe reconhecer, contudo, alguns limites e tensões identificados no corpus. Em primeiro lugar, a participação de surdos de cidades do interior de Pernambuco foi pequena nas edições presenciais, o que sugere que a memória coletiva construída nos simpósios tende a privilegiar as experiências da capital e da região metropolitana. Em segundo lugar, observou-se que as narrativas de resistência mais valorizadas foram, em geral, as de

ISSN: 2358-8829

lideranças já reconhecidas, o que pode invisibilizar trajetórias de surdos com menos inserção nos espaços associativos, como surdos oralizados, surdos com deficiências associadas ou surdos indígenas e quilombolas. Tais ausências indicam que a construção de uma identidade coletiva envolve escolhas sobre quais histórias contar, o que exige atenção à diversidade interna que Perlin (2016) já apontava ao falar em identidades surdas no plural.

Tomados em conjunto, os resultados permitem afirmar que os simpósios do Dia Nacional dos Surdos da UFPE operam em três dimensões articuladas. Na dimensão identitária, validam narrativas de resistência e produzem pertencimento, ao conectar trajetórias individuais a uma memória coletiva de luta. Na dimensão linguística, constituem uma política linguística situada, que inverte hierarquias e prefigura a centralidade da Libras reivindicada pela comunidade. Na dimensão educacional, mobilizam aliados e provocam transformações concretas nas práticas pedagógicas. Essas três dimensões confirmam a hipótese de que eventos comunitários e acadêmicos desempenham papel relevante na construção histórica das comunidades surdas, papel esse que costuma ser negligenciado por análises centradas exclusivamente nos marcos legais (Buze et al., 2022; Brito, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das cinco edições dos simpósios do Dia Nacional dos Surdos da UFPE permitiu constatar que esses encontros ultrapassam o caráter comemorativo e se configuram como espaços de produção de memória, de afirmação identitária e de exercício de política linguística. Verificou-se que as narrativas de lideranças surdas, ao serem compartilhadas publicamente, transformam experiências individuais de opressão em memória coletiva de resistência, fortalecendo o sentimento de pertencimento, sobretudo entre os surdos mais jovens. Constatou-se também que a priorização da Libras como língua principal dos eventos e a valorização dos artefatos culturais surdos produzem uma inversão simbólica das hierarquias linguísticas, o que caracteriza os simpósios como instâncias de política linguística construída pela própria comunidade. Por fim, esses espaços repercutem nas práticas educacionais, mobilizando professores para uma educação bilíngue que vá além da presença do intérprete.

Do ponto de vista teórico, o estudo reforça a pertinência da articulação entre Estudos Culturais, Estudos Surdos e Estudos do Letramento; do ponto de vista prático, sugere que universidades e redes de ensino podem fortalecer a educação bilíngue ao institucionalizar eventos protagonizados por surdos.

Reconhece-se, como limitação, o fato de a pesquisa ter se restringido a materiais documentais e audiovisuais, sem a realização de entrevistas com os participantes. Futuras investigações poderão aprofundar a percepção dos próprios sujeitos sobre os efeitos dos simpósios em suas trajetórias, bem como ampliar o olhar para surdos do interior do estado e para grupos cujas experiências ainda ocupam pouco espaço nessas narrativas. Também se mostra promissora a comparação com eventos semelhantes de outras universidades.

Palavras-chave: Identidade surda; Cultura surda; Lei da Libras; Políticas linguísticas; Dia Nacional dos Surdos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 27 out. 2026.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 27 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008. Institui o Dia Nacional dos Surdos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 out. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11796.htm. Acesso em: 27 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 4 ago. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 27 out. 2026.

BRITO, Fábio Bezerra de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BUZE, Adilson Magarão; GRASSE, Rosana Duarte; GOMES, Roberta Santos Morais; LINHARES, Ramon Santos de Almeida. A caminhada do orgulho surdo: registros e reflexões sobre a história do movimento surdo no Rio de Janeiro. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 57, ed. especial, 2022. Disponível em: https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1736. Acesso em: 27 out. 2026.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, edição especial n. 2, p. 71-92, 2014.

FACUNDO, Josiane Junia. Letramento e ensino crítico de língua portuguesa como segunda língua para surdos: caminhos possíveis. **Entretextos**, Londrina, v. 25, n. 1, p. 383-401, 2025. DOI: 10.5433/1519-5392.2025v25n1p383-401.

FERNANDES, Francyllayans Karla da Silva; PEIXOTO, Janaína Aguiar. A identificação de artefatos culturais nos livros em língua portuguesa do autor surdo Claudio Mourão: uma reflexão sobre a relação língua, cultura e literatura. **Acta Semiótica et Lingvistica**, João Pessoa, v. 26, n. 1, p. 88-104, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2446-7006.45v26n1.58058.

GOMIDES, Paula Aparecida Diniz; CAMPELLO, Ana Regina e Souza; SILVA, Erliandro Felix; FRANCIONI, William Velozo. Surdez, educação de surdos e bilinguismo: avanços e contradições na implantação da Lei nº 14.191/2021. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 7, 2022. DOI: 10.5216/rs.v7.72116.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

KLEIMAN, Angela B.; ASSIS, Juliana Alves (org.). **Significados e ressignificações do letramento**: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita. Campinas: Mercado de Letras, 2016.

PERLIN, Gladis. Identidades surdas. *In*: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. p. 51-73.

QUADROS, Ronice Müller de. **Libras**. São Paulo: Parábola, 2019.

RIBEIRO, Fábio Leandro Andrade. Políticas linguísticas educacionais e educação como política linguística: um olhar sob o prisma da teoria da gestão linguística de Spolsky. **Revista Prolíngua**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 44-61, 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

SPOLSKY, Bernard. Para uma teoria de políticas linguísticas. Tradução de Paloma Petry. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016. Disponível em: http://www.revel.inf.br. Acesso em: 27 out. 2026.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.